

As negociações externas e o imperativo interno

Já foi anunciado na semana passada que as negociações do Brasil com seus credores, que deveriam ter início nesta semana, somente começarão de fato daqui a duas semanas, em virtude das eleições nos Estados Unidos.

O adiamento não é mau. Ao contrário, dada a muito provável vitória de Reagan e o seu empenho reafirmado na semana passada de estimular uma queda das taxas de juros nos Estados Unidos, podemos prever que as condições para os negociadores brasileiros, nos gabinetes de Nova York, serão até mais favoráveis depois das eleições americanas.

Comentamos também na semana passada o problema da inflação e da nossa dívida interna, que os leitores, a esta altura, já sabem que em grande parte é a contrapartida da própria dívida externa. É oportuno lembrar, aliás, que a perigosa ameaça que chegou a formar-se no ano passado no nosso setor externo e as difíceis negociações que o governo brasileiro teve de manter em caráter quase permanente com os credores contribuíram sem dúvida para a deterioração da administração do front interno e para o surgimento de diversos dos atuais impasses no controle da inflação, do déficit público, da moeda, etc.

Neste final de ano, no entanto, e no próximo, há possibilidades de um trabalho administrativo não apenas mais tranqüilo como mais eficiente, e diversos fatores estão contribuindo para isso.

Por exemplo, o déficit em transações correntes no nosso balanço de pagamentos, principal foco de desequilíbrio das nossas finanças externas, passou de 16,3 bilhões de dólares em 1982 para 6,8 bilhões de dólares em 1983, e neste ano de 1984 poderá até, conforme já foi noticiado, chegar a zero. Será de qualquer forma desprezível em relação ao que já foi.

Sob esse aspecto, o Brasil mostrou desempenho realmente notável, mesmo em comparação com países que também vêm exibindo bom desempenho das contas externas, como é o caso do México.

Sem dúvida pagamos um preço por isso, em termos de recessão econômica interna, de conseqüente atraso no nosso desenvolvimento, de ameaças de turbacão social, de angústias e dúvidas sobre nosso destino político, que ainda permanecem. Gostaríamos que nossas autoridades tivessem aprendido, neste período amargo, algumas lições particularmente duras: a das terríveis ameaças que surgem do manejo leviano das contas externas e a dos ônus políticos que a arrogância e a empáfia acabam por gerar. Algumas palavras de Galvêas, na semana passada, também nos mostram que nem todos aprendem e há sempre alguém pronto à jactância.

Sabemos, no entanto, que o principal negociador do lado brasileiro não será ele e sim o presidente do Banco Central, Affonso Pastore. Sabemos, por outro lado, que as condições de negociação são agora melhores do que um ano atrás. Sabemos, finalmente, que as pressões internas — sociais e políticas — estão tendendo a diminuir graças à recuperação das atividades econômicas que está sendo registrada em vários setores, independentemente de avaliações oficiais: na indústria, no comércio, no setor serviços e, muito importante, até no mercado imobiliário.

Tendo em vista este quadro e a experiência já adquirida no passado recente, inclinamo-nos a confiar em que as autoridades atuais, embora em fim de mandato, sejam realmente capazes de negociar bem. Não cremos que estejam empenhadas em projetos ou planos gravosos para o futuro governo, ou trabalhando no sentido de criar armadilhas indismontáveis para eventuais ministros de um futuro governo eleito pela oposição. Mesmo porque ainda esperam continuar a ser governo.

O que precisa ficar claro para todo mundo — governo e seus críticos — é que a evolução favorável da conjuntura econômica necessita de uma consolidação. Melhoramos na frente externa, podemos ter horizonte mais tranqüilo nessa área, até mesmo com perspectivas de encetar acordos em novos termos (veja-se a sugestão do Banco Mundial para formação de um fundo internacional de investimentos capaz de transformar dívidas em capital de risco), e podemos razoavelmente esperar das atuais autoridades melhor trabalho nas novas negociações. Estamos melhorando na frente interna, mesmo sem ter conseguido ainda nenhuma colher de chá dos credores. É de supor, portanto, que com maior boa vontade da parte deles a melhoria na frente interna tenderá a reforçar-se e acelerar-se. A consolidação dessas tendências a médio prazo depende criticamente de vitórias contra a inflação, as quais, por sua vez, só terão caráter firme e confiável na medida em que o governo consiga reduzir suas necessidades de financiamento.

O professor Roberto Castello Branco, da FGV do Rio de Janeiro, em estudo publicado numa carta econômica com a qual colabora,

mostrava que, mesmo depois de todo o esforço de contenção do setor público, as necessidades de financiamento deste continuam superando a capacidade de poupança nacional. O imperativo de sanear as contas públicas deve ser a preocupação fundamental de todos neste momento, pois é a grande ameaça ao sucesso do processo de ajuste externo e interno da economia brasileira, que já desponta. Um recrudescimento do déficit do setor público, na fase de transição para qualquer novo governo, poderia fazer-nos refluir no terreno já conquistado.